

Jubileu 30 anos É hora da festa!

Atenção sindicalizados:

Vamos dar início às comemorações dos 30 anos de SindCT.

O sindicato está preparando uma agenda de atividades, com palestras, debates e o famoso almoço dançante!

Já lutamos em defesa dos servidores e da C&T por 30 anos, e ainda temos muitas lutas pela frente!

Merecemos comemorar tudo o que já conquistamos!



**A nossa festa será realizada no dia 29 de junho,
no Espaço Cassiano Ricardo.**

Teremos:

- Expresso Gourmet Buffet
- Banda São Paulo Show
- Espaço Kids
- Ônibus para os sindicalizados de Cachoeira Paulista

Cada sindicalizado tem direito o de levar um acompanhante e dependentes menores de 18 anos (mediante apresentação de documentos).

Os convites são limitados! E é imprescindível a apresentação do convite para entrar na festa.

Veja onde retirar seu convite gratuitamente:

- **Sede do SindCT:** de 06 a 20/05 - das 09h00 às 16h00
- **DCTA:** dia 13/05 na ADC CTA e dia 14/05 na portaria do IAE - das 09h00 às 16h00
- **INPE SJCampos:** dias 15 e 16/05 na ADC - 09h00 às 16h00
- **Cemaden:** dia 17/05 - das 12h às 16h00
- **INPE Cachoeira:** dia 20/05 - das 09h00 às 15h00
- **IEAV:** dia 20/05 - das 09h00 às 15h00

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e o bilionário Centro Espacial de Marcos Pontes

No dia 11 de abril de 2019, o Ministro Marcos César Pontes esteve em uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados para discussão dos termos do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas – AST, assinado em Washington no dia 18 de março.

O presidente do SindCT estava presente e acompanhou os principais questionamentos dos parlamentares e os posicionamentos do Ministro. De uma forma geral, os deputados afirmaram que a exploração comercial de Alcântara deve atender a três premissas: preservação da soberania nacional, retorno do desenvolvimento espacial brasileiro e resgate e preservação dos direitos das comunidades quilombolas. Alguns deputados externaram preocupação perante as recentes demonstrações deste governo de subalternidade aos Estados Unidos e com a falta de estabelecimento de metas e de estudos de viabilidade empresarial e comercial. Afirmaram a necessidade de aprofundar os debates.

A cada questionamento o Ministro afirmava que o tema só seria avaliado após a aprovação do Acordo. Segundo ele, sem a aprovação do AST não há porque discutir qualquer assunto.

A questão quilombola foi detalhada: em 1980, 312 famílias foram desinstaladas de 52.000 hectares. Em 1986 aconteceu a diminuição da área de acolhimento, de 32.000 para 15.000 hectares, o que resultou em terras insuficientes para as famílias, distribuídas em sete agrovilas, localizadas a 14 km de

Alcântara, enquanto o Centro foi ampliado para 62.000 hectares. Decorridos mais de trinta anos, as comunidades quilombolas continuam mal instaladas, sem que nenhuma promessa tenha sido cumprida. A questão está judicializada.

Os desalojados questionam o sentido disso tudo já que o CLA, até hoje, é inoperante. Inaugurado em 1983, o CLA só entrou em operação muitos anos depois. Ocorreram apenas

dois lançamentos expressivos: o VLS-1 V01, em 1997, e o VLS-1 V02, em 1999. Em 2003 explodiu o VLS-1 V03, vitimando 21 técnicos e destruindo a plataforma de lançamentos, que só foi reconstruída em 2012. O programa ainda planejava executar três lançamentos entre 2017 e 2019, dois VLS série XVT (de desenvolvimento) e o VLS-1 V-04, para lançamento do Satélite Amazônia-1, do Inpe. Nada disso foi realizado. Em 2016 o programa VLS-1 foi finalizado.

É de se estranhar que nenhum deputado tenha argumentado que as discussões envolvendo pautas sociais e ambientais, após a aprovação do AST, ficam fora do alcance do Congresso Nacional. É preciso submeter estas questões ao público agora, depois não tem jeito. Um deputado alegou: “antes de assinar acordo com os americanos é preciso assinar com os brasileiros”.

Outra questão de enorme relevância, a avaliação da viabilidade comercial do Centro de Lançamentos, não foi questionada nem discutida de forma apropriada. Segundo Marcos Pontes, o mercado espacial movimentava US\$ 350 bilhões anualmente. Na sua avaliação seria plausível que o CLA atraísse 1% desse mercado, o que projetaria um aporte de US\$ 3,5 bilhões. Esta afirmação foi amplamente divulgada pela mídia, houve crítica quando da sua primeira afirmação, mas o ministro a reiterou na audiência em tela.

Ora, o ministro desconhece que, da globalidade do mercado, apenas US\$ 5,5 bilhões são direcionados à atividade de lançamentos? Nesse caso, só nessa fatia a captação de contratos cairia, dos US\$ 3,5 bilhões, afirmados pelo ministro, para US\$ 55 milhões. A maior parte dessa fatia seria repassada à remuneração de lançadores. Outra fatia da fatura seria direcionada à amortização de investimentos bilionários na construção da infraestrutura operacional do centro e do seu entorno. A menor parcela seria dispendida na própria manutenção do centro.

Especulações, se diria, mas que trazem a necessidade de que, ainda na Fase 1 do projeto apresentado no powerpoint do ministro haja a apresentação de um plano de negócios com prospecções de ganho mais realistas do que os apresentados.

